

A Argentina após a
morte de Nestor Kirchner

Entre a irrupção dos mais explorados e o processo eleitoral de 2011

por CHRISTIAN CASTILLO



Diferentemente do presente ano, os últimos meses do ano de 2010 foram pródigos em mudanças bruscas da situação política, quiçá como em poucos momentos de todo o ciclo kirchnerista. Primeiro foi no dia 20 de outubro, quando ocorreu o assassinato de Mariano Ferreyra, jovem militante trotskista do Partido Obrero (PO), por parte da burocracia sindical encabeçada por José Pedraza da União Ferroviária (com a cumplicidade da empresa UGOFE – a parceria público/privada que administra a linha Roca da companhia de trem – e da Polícia Federal que deixou a zona liberada), questão que abriu uma forte crise política em um então desgastado governo nacional. Uma semana depois vem a morte de Nestor Kirchner (NK), questão que motivou uma importante mobilização especialmente dos setores que apóiam o governo “pela esquerda”, com forte repercussão midiática em transmissão televisiva por 72 horas do velório, e que resultou em um reaquecimento na popularidade do governo de Cristina Fernández (CFK). Pouco depois, no dia 23 de novembro, acontece o assassinato de integrantes da *Comunidade qom Navogoh (A Primavera)*, no estado de Formosa, por parte da polícia do governador kirchnerista Gildo Insfrán. Com o sangue ainda quente das mortes, no dia 7 de

dezembro, acontece o despejo conjunto por parte da Polícia Federal e da Polícia Metropolitana do Parque Indoamericano, resultando inicialmente em dois mortos e logo um terceiro, em meio a uma forte polarização social que produziu a emergência da luta por moradia digna. Finalmente, no dia 23 de dezembro, logo depois de um fechamento de vias nas proximidades da estação Avellaneda que culminou com destroços na estação Constitución, o governo lançou uma campanha macartista e avançou na “repressão judicial” das mobilizações populares. Cada um destes fatos, com as desigualdades de cada caso, teve alta intensidade política e desempenhou seu papel na reconfiguração de uma situação política nacional cruzada pelas perspectivas abertas pelo processo eleitoral de 2011. Mas, em geral, são expressão de que seguimos vivendo uma etapa de “fim de ciclo” do kirchnerismo, que não foi superada nem pelo crescimento econômico de 2010, nem com a melhora nos índices de popularidade do governo após a morte de Nestor Kirchner¹.

UMA TENDÊNCIA À EMERGÊNCIA DOS SETORES MAIS EXPLORADOS

É altamente sintomático que os recentes assassinatos em mobilizações tenham sido em ações dos trabalhadores terceirizados, dos povos originários e dos sem teto, três setores que expressam parte das camadas mais exploradas da classe operária e das massas populares.

Ainda que ganhasse maior notoriedade pública com o crime de Mariano Ferreyra, a luta dos terceirizados da linha ferroviária Roca já durava vários meses e tinha marcos importantes como o bloqueio de vias no mês de julho, no qual participaram ao redor de 400 trabalhadores, que também tiveram importante repercussão na mídia. Os companheiros da lista sindical Bordó, da linha Roca, impulsionada pelos ferroviários do PTS junto a ativistas independentes, estiveram desde o primeiro momento à frente da organização dos cerca de 2 mil terceirizados que existiam nesta linha de trem. A burocracia da lista Verde de Pedraza, por sua vez, contava nesta linha com delegados que estavam duramente alinhados com o kirchnerismo, como “Gallego” Fernández e Pablo Díaz, responsáveis diretos pelo recrutamento dos “bate-paus” da burocracia. Neste 20 de outubro, atuaram moralizados depois do ato da burocracia moyanista (dirigente da CGT) no estádio do clube River Plate e, graças à impunidade garantida pela empresa, pelo governo e a polícia, em agressões anteriores contra os terceirizados. Entretanto, a rápida e massiva resposta dada por importantes setores dos trabalhadores e do povo² contra o crime,

¹ Na revista *Estratégia Internacional* Nº 26 dizíamos a respeito do *fim de ciclo*: “nem desvios políticos conjunturais, nem recuperações econômicas parciais podem fechá-lo sem que mediem vitórias decisivas para a burguesia e para o imperialismo ou para a classe operária, deixando inscrito em seu desenvolvimento o surgimento de situações intermediárias nas quais avance alternativamente a influência do imperialismo ou o peso político da classe operária sem ‘resolver’ a situação” (Matias Maiello e Manolo Romano, “O fim do ciclo kirchnerista e as tarefas dos revolucionários”). Disponível na internet em www.ft-ci.org. Em nossa análise, a etapa de “fim de ciclo” do kirchnerismo se abre com o conflito entre o governo e as patronais agrárias em torno ao aumento de impostos sobre as exportações em 2008. Desde então tem passado por diferentes fases ou momentos.

² “O assassinato de Mariano Ferreyra obteve uma resposta a partir do movimento operário combativo e da juventude. A revolta se sentiu nas paralisações, nas marchas, nos bloqueios de estradas, nas assembleias. Em

incluindo a forte presença de terceirizados na massiva marcha de repúdio ao crime do dia 20 de outubro, terminou debilitando a burocracia e fortalecendo a luta dos trabalhadores. Com a continuidade das ações dos terceirizados (incluindo uma marcha de 1.000 trabalhadores ao Ministério do Trabalho) o governo foi obrigado a assinar distintas atas de compromisso da efetivação, como funcionários públicos estatais sem necessidade de concurso público de todos os trabalhadores, algo que logo tentou impedir, mas que não pôde limitar significativamente pela firmeza dos trabalhadores³, que obtiveram uma vitória de magnitude histórica. A reivindicação de terminar com a terceirização se ampliou a outras linhas da empresa, como o Belgrano Sur, Belgrano Norte, San Martín e Sarmiento – além de outros setores, como os telefônicos, que organizaram um sindicato próprio dos terceirizados do setor, UETTel (União de Empregados e Técnicos das Telecomunicações) -, e colocou sobre a mesa este flagelo que sofrem importantes setores da classe operária e que tem sido um elemento central no nível de lucros capitalistas existente tanto durante o regime da convertibilidade (paridade entre o dólar e a moeda argentina) como depois da desvalorização. Daí que a demagogia que o governo tenta fazer sobre o tema se restringe a falar de “limitar os abusos nas terceirizações”, mas de nenhuma maneira abolir esta situação. Se se quer entender porque, basta ver que apesar da queda do desemprego nestes anos, os “custos trabalhistas” se mantiveram bem abaixo do ano de 2001, sendo impossível não levar em conta o papel que desempenhou o trabalho sem carteira assinada e a generalização das terceirizações na diminuição do preço médio da força de trabalho. Um informe realizado pelo próprio Ministério do Trabalho, citado por um jornalista oficialista, mostra que

quando se mede a evolução dos custos trabalhistas levando em conta o aumento da produtividade das empresas e as altas de preços dos bens e serviços que comercializam, a queda em média real unitária em pesos desde a saída da convertibilidade é de 18,% (...) [e se.] para medir a incidência do salário na competitividade internacional, o cálculo se realiza levando em conta o tipo de câmbio multilateral (o peso comparado com uma quantidade de moedas dos principais países com os quais comercializa o país), a queda

todas as fábricas e estabelecimentos onde vem avançando o sindicalismo de base, onde crescem as forças clssistas, a resposta foi contundente. Na quinta-feira 21, no marco da paralisação chamada pela CTA – que foi importante – e a contundente mobilização na Plaza de Mayo, o sindicalismo de base e a juventude clssista voltaram a se fazer presentes para exigir o castigo aos assassinos de Mariano. Como se pôde ver no metrô, que foi o primeiro a parar; na Kraft, com a paralisação e o bloqueio da [rodovia] Panamericana; na Jabón Federal e na assembléia dos portuários de Buenos Aires; na paralisação da gráfica Morvillo; na Pepsico; nos docentes e estatais de Neuquen; em Zanon e no Sindicato Ceramista. Nesses lugares se sabia o que estava em jogo: muitos dos trabalhadores dessas empresas e estabelecimentos sofreram com os “bate-paus”, e têm como bandeira a luta contra a precarização do trabalho em função da militância das agrupações clssistas impulsionados pelo PTS”. “Mariano Ferreyra, presente!”, (*La Verdad Obrera* N° 398, 28-10-2010).

³ Poucos dias antes de se cumprir o prazo contemplado na ata de acordo para completar a efetivação de todos os trabalhadores, o governo nacional tentou deixar de fora os trabalhadores das empresas de segurança, que eram por volta de 770, argumentando que passariam a formar parte de uma “polícia ferroviária” sob a órbita do Ministério de Segurança. Os trabalhadores repudiaram esta medida e em uma massiva assembleia votaram a realização de um bloqueio de vias para o dia 21 de janeiro. No dia anterior foram convocados de urgência ao Ministério do Trabalho, onde o ministro Tomada pessoalmente esteve presente nas negociações pelas quais se garantiu aos trabalhadores o cumprimento do anteriormente acordado. Depois disso os trabalhadores estão sendo incorporados como efetivos como reivindicavam, não sem tentativas de “enrolar o meio de campo” por parte do Ministério, da empresa e da burocracia.

dos custos de trabalho em média da economia é de 53%. Estes dados demonstram que os aumentos de salários dos últimos sete anos não foram suficientes nem sequer para manter a distribuição de rendas entre empresários e trabalhadores⁴.

Por sua vez, a margem bruta de lucro é de em 15% acima do que em 2001, e em níveis maiores à média de toda década de 1990⁴. A terceirização e a precarização trabalhista em geral desempenharam um papel central para explicar esta situação.

No caso dos assassinados pela polícia de Formosa, trata-se de um avanço repressivo em meio às distintas disputas que os imigrantes enfrentam com os que tentam se apropriar de suas terras, fenômeno que se multiplicou com a ampliação da fronteira agrícola provocada pelo auge do cultivo de soja. Depois da brutal repressão, o governo nacional se alinhou com o governador de Formosa, Insfrán. Setores da “ala progressista” do governo que tinham relação com Félix Diaz, uma referência da comunidade de La Primavera, o abandonaram à sua sorte quando este se instalou em Buenos Aires para pedir uma audiência com a presidenta e apresentar uma solução a suas reivindicações. Teve que recorrer a uma greve de fome para ser atendido por funcionários menores, que só fizeram promessas secundárias. No momento que estamos terminando este artigo, os os setores que integram La Primavera seguem reivindicando suas demandas em barracas instaladas no centro de Buenos Aires.

Por último, no caso do Parque Indoamericano (localizado na distante zona sul da cidade de Buenos Aires) escancarou-se a crise habitacional que afeta parte importante da classe trabalhadora, particularmente os que se vêem obrigados a viver em favelas e assentamentos na capital e na grande Buenos Aires ou na periferia das capitais e cidades principais em vários estados, frente aos limitados planos de casas populares (quase inexistente no caso da cidade de Buenos Aires). O *boom* da construção dos últimos anos esteve destinado aos negócios imobiliários (80% das construções de edifícios de luxo) e de nenhuma maneira em satisfazer a esta sentida demanda popular. Segundo dados da Info Habitat, na AMBA (Área Metropolitana Buenos Aires, que abarca a cidade de Buenos Aires mais os arredores bonaerenses), no ano de 2006 havia 819 vilas e assentamentos nos quais viviam estimativamente 1.065.884 pessoas, ocupando 6.484 hectares, o que significa que 8% da população desta região vivia no ano de 2006 ocupando 2,3% do território. Só na cidade de Buenos Aires se calcula que a população das favelas praticamente duplicou entre 2001 e 2009, passando de 108.000 a 200.000 pessoas.

Nos três casos se trata de demandas reivindicadas dos que pouco ou nada receberam nestes anos de crescimento econômico, expressando uma tendência a não

⁴ Respondendo a um adversário kirchnerista à pergunta de por que se pode dizer que a precarização desempenha um papel chave para explicar os altos níveis de lucro capitalista no período do pós-desvalorização; em um debate na “blogosfera” Esteban Mercante assinala corretamente: “Porque, diferentemente dos anos 1990, este resultado está se dando com uma economia que funciona à máxima capacidade, com um desemprego muito menor, e inclusive em alguns setores com dificuldades para encontrar trabalhadores qualificados, ou seja, com um ‘excesso de demanda’ de força de trabalho. O estranho não é que em uma economia que criou três milhões de postos de trabalho desde 2002 o salário tenha apresentado alguma recuperação. O notório é que esta esteve apenas nos níveis de 2001, ou seja, um ano de hecatombe econômica. Aqui, pode-se ‘quantificar’ o acréscimo da precarização e da terceirização, que limitou a capacidade dos trabalhadores para avançar na recomposição salarial. Justamente por esta limitação à recomposição salarial, a participação dos lucros no produto tem o piso historicamente mais alto das últimas décadas”.

aceitar seguir na situação na qual se encontram. São lutas que questionam aspectos estruturais da Argentina capitalista atual, não só um produto dos 1990, mas do padrão de acumulação que se desenvolveu sob os governos kirchneristas.

O KIRCHNERISMO GIRA À DIREITA APÓS A MORTE DE NESTOR

Pouco antes de morrer, Nestor Kirchner havia dado a orientação geral de se “acertar com todos menos com Clarín”, frente à eleição presidencial de 2011. Com “todos” se referia fundamentalmente a dois setores: a cúpula empresarial, especialmente a UIA (União Industrial Argentina), e os setores descontentes do peronismo. Entretanto, este plano não parecia algo fácil antes de 27 de outubro, quando se via como muito difícil concretizar um novo mandato presidencial kirchnerista em 2011 e se especulava definir em março de acordo com as internas se o próximo candidato seria Nestor ou Scioli. Tanto era assim que os aliados mais relevantes da coalizão kirchnerista – de Moyano aos prefeitos do conurbano e o próprio Scioli – não hesitavam em mostrar jogo e força própria, como haviam expressado os setores da burocracia sindical alinhados com Moyano no ato no River poucos dias antes do crime contra o jovem militante do PO⁵. É provável que esta situação de piora de seu poder político tenha influenciado na deterioração da saúde de Kirchner e o crime de Ferreyra a tenha agravado ainda mais. Entretanto, sua morte teve um efeito paradoxal, já que a perda estratégica daquele que foi a figura central da equipe governamental se viu acompanhada por uma recomposição da popularidade da presidenta. Isto gerou no interior do peronismo um efeito centrípeto em relação ao governo e debilitou, em primeiro lugar, o chamado peronismo federal, produzindo a renúncia de Carlos Reutemann a este espaço. Sem possibilidade de alternância permanente entre Néstor e Cristina, e com um ascenso da presidenta nas pesquisas, governadores e prefeitos do PJ (Partido Justicialista, peronismo oficial) avaliaram que a carta mais segura para continuar no poder seria a reeleição de CFK, se esta não desertasse de tal perspectiva. O resto da oposição também ficou na defensiva⁶.

Os primeiros meses do governo sem a presença de NK mostraram sua inclinação para a direita. Isto se expressou inicialmente na proposta de “pacto social”,

⁵ O ato aconteceu no dia 15 de outubro no estádio do River Plate em comemoração à data mítica do peronismo, o dia 17 de outubro. Foi convocado pelos sindicatos alinhados com Moyano na condução da CGT, além de alguns outros como a UOCRA. Foi uma demonstração da capacidade de mobilização de “aparato” deste setor da burocracia sindical. No palco, junto ao secretário geral da CGT e outros dirigentes sindicais, estiveram Daniel Scioli e Néstor e Cristina Kirchner. Esta última foi oradora no ato.

⁶ O fim do ano de 2009 havia gerado uma miragem de uma frente política opositora que iria impor a direção dos assuntos políticos desde o parlamento a um governo debilitado. O certo é que, ainda que as forças da oposição burguesa compartilhem uma agenda com muitos pontos em comum, nenhuma conta com a hegemonia para impor ao resto uma única candidatura presidencial no primeiro turno. Assim, os movimentos dos distintos setores que compõem este leque devem se ver no sentido de tratar de buscar o melhor posicionamento no primeiro turno para em seguida conseguir o apoio do restante no segundo. Na atualidade, pareceria que o que constitui o “Grupo A” se apresentaria em três espaços eleitorais distintos: um composto pelo PRO e o Peronismo Federal (sem descartar que ainda este setor vá com dois candidatos diferentes), o radicalismo e seus aliados como o Partido Socialista e o GEN (com Ricardo Alfonsín, Ernesto Sanz e Julio Cobos como pré-candidatos) e a Coalición Cívica com a candidatura presidencial de Elisa Carrió. Outro espaço político é a oposição de centro-esquerda encarnada por Pino Solanas e Proyecto Sur.

no pagamento ao Clube de Paris, na volta do FMI para controlar o INDEC, no acordo com o PJ “sojeiro” de Córdoba, e nas negociações no mesmo sentido em Santa Fé, ou no respaldo a Insfrán após o massacre da *Comunidade gom Navogoh*.

É neste marco que a repressão à ocupação do Parque Indoamericano constituiu um salto que gerou uma nova crise política de envergadura, já que desta vez foram diretamente as balas da Polícia Federal, sob controle formal do ministro da Justiça Julio Alak e sob controle real do Chefe de Gabinete Aníbal Fernández, as que provocaram a morte de dois dos ocupantes durante a repressão. Foram balas de chumbo e de borracha lançadas pelos “federais” junto com os “metropolitanos” de Macri. Depois de prometer que iria dar uma solução positiva à demanda de moradia, o governo nacional usou a polícia e chegou a um acordo com o direitista e xenófobo governo portenho de Mauricio Macri para impor a desocupação conjunta do prédio, sem dar concessão alguma às famílias ocupantes e introduzindo o princípio de tirar todo plano social a quem ocupe um terreno por demanda de moradia. Junto a isto anunciou a criação de um Ministério de Segurança, que passou a ser comandado pela até então ministra da Defesa, Nilda Garré, tirando a Polícia Federal da órbita de “Hannibal”⁷ Fernández. Em meio a declarações de Macri atacando os imigrantes e dando legitimação a bandos fascistas que organizaram uma verdadeira matança contra os sem teto, a diferença do governo nacional com o do PRO se situou nos termos de quem era mais eficaz para garantir a ordem pública.

A intelectualidade de centro-esquerda que apoia o governo apresentou a criação deste Ministério sob comando de Garré como uma medida progressista, que visaria ao controle civil da Polícia Federal. Mas, poucos dias depois, as ilusões sobre qual seria o papel de Garré se dissiparam. A Ministra de Segurança, ainda que não com exclusividade, se dedicou a apregoar um suposto pacto “trosko-duhaldista” ante os estragos causados na Estação Constituição depois de um bloqueio de vias. Impulsionou a incrível acusação de “extorsão” contra militantes do PO (ao ponto desta qualificação ter sido mascarada pelo advogado da burocracia sindical Lucio Garzón Maceda como uma volta ao século XIX na negação de todo direito ao protesto sindical) e acusou também militantes da lista Bordó que não haviam estado nos acontecimentos.

Mais recentemente, a presidenta dedicou vários discursos a atacar as ações de luta e protestos clamando por “responsabilidade e moderação”, - como na sua condenação à paralisação e piquete da CGT San Lorenzo contra as terceirizações e por aumento de salários reivindicados às multinacionais de cereais⁸ -, assim como em seu chamado a não bloquear estradas nem a fazer greves, já que “se pode recorrer ao Ministério do Trabalho”. São posições sintonizadas com as reivindicações dos empresários quando estão por começar as negociações paritárias.

De conjunto, todos estes feitos mostram as tentativas do governo de Cristina de superar os traços de “desvio” do kirchnerismo e se mostrar como um governo capitalista “mais normal”, apresentando-se como o principal garantidor da governabili-

⁷ Como o apelidam com relação ao personagem cinematográfico interpretado por Anthony Hopkins, chefe de gabinete dos ministros do governo de Cristina Kirchner desde 2009.

⁸ “Se é dirigente quando se resolvem os conflitos. Alguns acreditam que quanto mais duro se é, mais está comprometido com a mudança. As vezes me dói que muitos companheiros não percebam que com suas ações tencionam a corda”, afirmou Cristina Fernández durante um discurso dado no dia 1 de fevereiro na localidade santafesina compartilhando o palco com o governador “socialista” Hermes Binner, quem consentia as palavras presidenciais.

dade burguesa e deixando para traz as concessões que teve que fazer ao movimento de massas levando em conta a relação de forças na qual assumiu. Na realidade, o perfil que Cristina tenta dar atualmente ao governo é o que pretendia ter ao começo de seu mandato, plano que se viu alterado pelo confronto com as patronais agrárias ao redor da resolução 125. Daquele enfrentamento o governo saiu debilitado e se refugiou em uma política de “confrontar-se com as corporações”, particularmente com o grupo Clarín, que lhe permitiu gerar uma base de militantes e simpatizantes (especialmente na intelectualidade, artistas, trabalhadores estatais, setores da juventude e outras camadas do progressismo) com a qual não havia contado entre os anos 2003 e 2007. Para além de que sua real capacidade organizativa esteja exagerada pelos meios oficiais (em particular no que tange às organizações juvenis do kirchnerismo, encabeçadas por funcionários e sem muita militância real), esta “esquerda kirchnerista” é uma realidade proveniente deste último período, composta em sua cúpula por arrivistas de distintos tipos. Na base, representa um fenômeno de politização reformista e possibilista em setores da juventude e da intelectualidade.

Ainda que Cristina Fernández se confirme para a reeleição (foi confirmada após a publicação deste artigo), as contradições com este setor podem ser contidas momentaneamente, mas dificilmente o serão em um eventual terceiro governo K.

O kirchnerismo sobreviverá muito tempo à morte de seu mentor? Hoje por hoje, o que mantém viva a confluência em um mesmo espaço político de governadores e prefeitos “pejotistas”, a burocracia sindical e a centro-esquerda de dentro e fora do peronismo pró-governamental (ou seja, a conjunção de interesses que se agrupam no “kirchnerismo”), é a perspectiva da reeleição de CFK na presidência. Bastaria a renúncia (improvável) da atual presidenta a este objetivo para que a articulação destes interesses termine se dispersando, como vivem prenunciando os ataques da “ala progressista” contra Scioli, já desde antes da morte de Néstor⁹. Que a continuidade de um projeto político tenha chegado ao limite de depender unicamente de uma pessoa é uma mostra, por si mesmo, de que o que estamos transitando é uma etapa de “fim de ciclo”.

No próprio interior do PJ, todas as hipóteses de sucessão de Cristina são pela direita. Basta ver quem são os que se apresentam como candidatos a futuros governadores pela “Frente Para a Vitória”, que é de onde sairia um continuador de CFK se esta se apresentasse e ganhasse em 2011: Scioli na Província de Buenos Aires; Gildo Insfrán em Formosa; Urtubey em Salta; Alperovich em Tucumán; possivelmente De la Sota em Córdoba; e assim poderíamos continuar com a lista de governadores “pejotistas” que apontam ao governo. Personagens que compartilham um universo ideológico e cultural reacionário com parte daqueles que conformam o “peronismo federal”, com os quais poderiam compartilhar um mesmo bloco político para o futuro¹⁰.

⁹ Isto é reconhecido ainda por observadores ligados ao oficialismo: “A presidenta Cristina Kirchner será a candidata da coalizão oficialista. Qualquer outro rumo pressuporia enormes riscos de dispersão das forças e o sacrifício do principal ativo com que hoje parece contar, que é a promessa de continuidade de um rumo que nos últimos meses conseguiu uma importante recuperação de apoios populares” (Edgardo Mocca, “Realidades, tendências y especulaciones de un año electoral”, *Página 12*, 23-01-2011).

¹⁰ Expressão disto é também a disputa pelo lugar que ocupará Carlos Reutemann. Depois que foram publicadas versões sobre um suposto acordo do santafesino com Macri e de Narváez, chegou-se a um acordo para a uni-

Assim, aos setores “transversais” e “progressistas” alinhados com o governo, longe da construção de uma nova força política que supere o PJ, lhes caberia o papel histórico de favorecer a continuidade no poder de um partido que até ontem diziam detestar¹¹. Esta espécie de “última hora” do kirchnerismo (ao menos até o final de um eventual próximo governo de Cristina) é o que alenta as “internas” desatadas ao interior da coalização de governo. Entre elas, tem particular importância a discussão sobre os setores arregimentadores de votos na Província de Buenos Aires, já que desde o governo nacional se impulsiona as candidaturas a governador, sendo que outros cargos estaduais e municipais encabeçados por Martín Sabbatella sairão colados à cédula presidencial, algo que gera o rechaço de Scioli e numerosos prefeitos. Estas disputas caracterizam os conflitos internos em um futuro novo governo de Cristina entre um setor que lhe responda mais diretamente e o aparato de governadores e prefeitos “pejotistas”.

Se olhamos o regime de conjunto, que pese os avanços conquistados pela burguesia desde o ano de 2001 a esta parte, sua recomposição segue sendo precária. Para administrar uma situação de crescimento econômico a burguesia conta com uma certa recomposição dos espaços políticos (PJ oficial e aliados; UCR e aliados; direita “bifronte” com o PRO e o peronismo federal; centro-esquerda do *Proyecto Sur*) e uma série de referentes em cada um destes espaços políticos. Entretanto, para enfrentar uma situação de crises, tudo isto se mostra como muito débil.

A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E SEUS LIMITES

Se o governo conseguiu sair bem da crise do começo de 2010 e se recuperar politicamente ao ponto de fazer provável a reeleição de CFK em 2011 não foi meramente pelo impacto gerado pela morte de Nestor Kirchner, senão essencialmente graças à recomposição econômica conseguida depois da queda do último trimestre de 2008 e do primeiro de 2009. No ano de 2010 o aumento do PIB superou as expectativas prognosticadas no começo do ano, com uma cifra de 9%, ou seja, similar aos níveis dos melhores anos do período da pós-desvalorização (ainda que em alguns ramos da economia a comparação se realize ante os fracos resultados de 2009). A recuperação está baseada em uma refração particular da crise capitalista internacional, que implicou em uma alta dos preços das matérias primas e no fluxo acrescentado de capital financeiro à América Latina, particularmente ao Brasil.

Enquanto grande parte do continente europeu e outras regiões do mundo como o Magreb (com Egito e Tunísia à cabeça) se sacodem, adquirindo uma fisionomia parecida com a da América Latina do final dos anos 1990, a maioria dos países sul-

dade do peronismo santafesino entre kirchneristas e reutemistas. Inclusive chega a se especular sobre o lugar do “Lole” como vice de Cristina. Ainda que isso seja improvável, mostra a afinidade ideológica entre grande parte do peronismo oficial com seus opositores de “direita”.

¹¹ Os movimentos conjunturais do governo de promoção de figuras provenientes do espectro “frepaso” (como Nilda Garré e Juan Manuel Abal Medina filho) e de relegamento de figuras provenientes do peronismo mais tradicional (como o recorte de poder de Aníbal Fernández), temos que vê-los como próprios do acomodamento do esquema de poder ao interior da coalizão governante depois da morte de NK e em vista da distribuição de espaços de poder frente à eleição de 2011.

-americanos fecharam o ano com importantes taxas de crescimento. Esta é a base material que tem empurrado para o “centro” a política da região sul-americana; que na Argentina levou a que os setores centrais da burguesia contivessem a ofensiva “destituinte” com a qual se ameaçava, desde a oposição burguesa, no começo de 2010, com a crise pela destituição de Redrado à frente do Banco Central.

Na Argentina, o crescimento foi empurrado principalmente pelo aumento dos preços das exportações agrárias, especialmente a soja, e pela produção automotriz, em grande medida exportada ao Brasil¹². Isto permitiu ao governo contar com fundos para amortecer as contradições sociais e criar ilusões em uma retomada do ciclo 2003-2007, garantindo este ano altos lucros ao conjunto da burguesia¹³. Entretanto, o crescimento daqueles anos se deu em momentos de alta simultânea da economia mundial e em uma situação em que os negócios capitalistas se viam beneficiados pela brutal queda salarial provocada pela desvalorização. Hoje, pelo contrário, estamos em um contexto assinalado por três anos de crise capitalista internacional. A taxa de inflação superior a 25% é indicador desta mudança de condições, pois o aumento dos preços se explica em parte pela decisão empresarial de transferir a estes os aumentos salariais e por um certo esgotamento da capacidade instalada em alguns ramos da economia, junto com o efeito que produz a desvalorização geral do dólar na economia local. Uma diminuição do crescimento chinês ou uma desvalorização brasileira bastariam para questionar as atuais tendências econômicas.

O crescimento permitiu ao governo estabelecer uma trégua com setores centrais da classe dominante com os quais, por um período, estiveram em oposição aberta. Depois da morte de NK, a presença de Cristina Fernández no fechamento da conferência anual da UIA foi um primeiro sinal deste armistício, ainda que o duro discurso de Paolo Rocca (à cabeça do grupo Techint) por um lado e por outro, a presença de Moyano junto a CFK e parte de seu gabinete, mostraram que o que houve não foi um alinhamento pleno e sim uma negociação para estabelecer a relação com a burguesia industrial em novos termos, a partir da perspectiva de novos negócios que o governo oferece a este setor¹⁴.

¹² “A produção industrial cresceu 9,7% em 2010, liderada pelo setor automobilístico e em menor medida pelo siderúrgico e pelo têxtil, segundo dados que ontem publicou o Indec (...). Muito a frente dos demais, o setor automobilístico cresceu 40,6% no ano, também influenciado pela grande demanda brasileira, já que cerca de 60% da produção é exportada e a grande maioria tem como destino o país vizinho. A fabricação de automotores chegou a um Record de 724.023 unidades, explicando a terceira parte do crescimento de todo o complexo industrial e das exportações de manufaturas e os 7,5 por cento do emprego formal” (Javier Lewkowicz, “La industria 2010 terminó en récord”, *Página 12*, 27-01-2011).

¹³ Um artigo assinala que “um informe do Instituto Argentino do Mercado de Capitais (IAMC), ao que teve acesso em exclusiva *Tiempo Argentino*, mostrou que durante os primeiros nove meses do ano, Siderar conseguiu benefícios acumulados por \$ 1,463 bilhões, o que representa na prática 466% em relação a 2009 (...) Além do que também é importante destacar que a capitalização na bolsa das empresas metalúrgicas e siderúrgicas, chegou a quase 65% durante o último ano. A rentabilidade das firmas, longe de piorar como predisse Rocca em seu discurso, cada dia parece mais firme. Entretanto, o informe do IAMC não se circunscreve à avaliação dos balanços de Siderar, mas engloba a todas as empresas domésticas que cotizam no ramo bursátil. De fato, as 88 companhias autóctonas declararam nos primeiros nove meses do ano lucros de \$14,117 bilhões, 68,7% a mais que no mesmo período do ano anterior” (*Tiempo Argentino*, 16-12-2010).

¹⁴ No discurso dado nesta reunião, realizada em 18 de novembro de 2010, Cristina Fernández fez o chamado a “um acordo tripartite entre o setor privado, os trabalhadores e o Estado”, nome dado ao “pacto social” que hoje parece ter ficado em segundo plano.

A UIA, recordemos, havia sido base importante da política governamental durante o mandato de Néstor Kirchner e a parte inicial do governo de Cristina Fernández. Inclusive, durante o conflito pelas retenções, manteve um prudente silêncio e seus dirigentes estiveram presentes em atos na Casa Rosada em que atacou duramente as patronais rurais, acusando-as de serem elas que prepararam o golpe de março de 1976. O giro à oposição da cúpula industrial se deu fundamentalmente pela combinação do enfrentamento com o grupo Clarín (que desempenha um papel central na AEA, a Associação Empresária Argentina) e a medida de estatização das AFJP, especialmente porque com isto o Estado passava a ter em seu poder títulos de dívida das empresas que o permitiam ter presença nos conselhos administrativos de várias delas, algo resistido pela burguesia. Após a derrota do kirchnerismo nas eleições de junho de 2009, os setores centrais da burguesia, com Clarín e as patronais agrárias à cabeça, entusiasmaram-se em conseguir um governo que lhes responda mais abertamente e com menor relação com os sindicatos. Mas a melhora econômica e o crescimento da probabilidade de um novo mandato de CFK tem levado a uma política burguesa mais prudente de setores importantes da UIA e a uma divisão entre os distintos grupos patronais com relação ao governo.

Um artigo dá conta destas divisões que se expressam no interior das entidades empresariais:

Divididos, enfrentados e com severas fraturas difíceis de remediar. Assim terminaram o ano e abriram o ano de 2011 os empresários à raiz do posicionamento adotado frente ao Governo (...) 2010 foi o ano das fraturas no interior das entidades empresárias produto destas diferenças. Por um lado, a defesa oficial do modelo industrialista aproximou muitos homens de negócios à presidenta e o temor de perder os benefícios adquiridos foi mais importante que os custos das medidas impulsivas e a falta de regras claras reivindicada por outros setores. Mas na posição contrária se posicionam as grandes corporações, que há tempos iniciaram um duro enfrentamento contra o governo e apostam na sua derrota nos comícios do próximo ano (...) Na UIA, por exemplo, está se manifestando no interior do grupo industrial, que deverá governar a instituição a partir de abril. Ainda que este setor dentro da central é o que mais apóia atual gestão, devido à predominância de pequenas empresas que cresceram a base de medidas protecionistas fomentadas pelo Governo, também integram este grupo empresas como Arcor e Tchint, que sustentam uma posição mais crítica em relação ao kirchnerismo.

Por sua vez, na Associação Empresária Argentina (AEA)

também afloram os enfrentamentos com raiz das diferenças no momento de se relacionar com o Governo. A tensão chegou a tal ponto na AEA que a meados do ano a entidade teve sérios riscos de se dissolver. As fortes críticas de seus sócios em relação à gestão K derivou em pressões oficiais para que algumas empresas abandonem a instituição; e várias companhias foram (...) [Por sua vez as entidades] que conformam o Grupo dos 6, do qual a UIA também é parte, atravessaram a maior parte de 2010 com uma posição muito crítica. Questionaram em várias oportunidades a ingerência em demasia do Estado nas empresas, o avanço do sindicalismo sobre as companhias, as reivindicações salariais desmedidas, as paralisações e a falta de limites por parte do Governo, entre

outras políticas. Mas houve uma notória mudança desde que morreu Nestor Kirchner e que Cristina Fernández convocou novamente ao diálogo social com sinais claros a favor do setor empresário e nenhum ao líder da CGT, Hugo Moyano. Desde as câmaras de Comércio, Construção e a Bolsa existe uma expectativa mais favorável de que se produza algumas mudanças e alguns de seus dirigentes consideram que, frente a uma oferta de candidatos opositores reduzida e pouco clara, “melhor mal conhecido que bem por conhecer”¹⁵.

A posição de Adeba (a entidade patronal que agrupa os bancos privados de capital local) não surpreende, já que o setor financeiro é um dos que mais ganhou neste último período¹⁶, enquanto o governo, por sua parte, mantém uma ótima relação com a grande maioria das patronais multinacionais da indústria automobilística, assim como com as empresas de mineração, petroleiras e em alguns serviços públicos (como as telefônicas), ao mesmo tempo em que gerou o desenvolvimento de um setor de “capitalistas amigos”, vinculados à obra pública e outros benefícios estatais, a quem alenta para intervir nas disputas dos agrupamentos patronais. A Mesa de Enlace, por sua vez, veio novamente a luz, mas por pouco tempo, já que seu protesto contra os contingentes à exportação de trigo não teve grande repercussão e o governo negociou com a Federação Agrária¹⁷.

Apesar de toda a burguesia estar de acordo em colocar limites a Moyano e, mais em geral, às reivindicações operárias, é provável que em 2011 as divisões em relação ao grau de confrontação com o governo tendam a se acentuar. Enquanto o Grupo dos 6 vê com preocupação que o próprio radicalismo não defenda medidas econômicas muito distintas às que leva adiante o kirchnerismo (inclusive seu candidato mais “pró-establishment”, Ernesto Sanz, declarou que não modificaria as retenções)¹⁸, tendo saído a atacar abertamente os candidatos (particularmente Moyano) por sua influência na designação de novos juízes trabalhistas, pelas reivindicações salariais que vem se antecipando e pelos bloqueios às multinacionais de cereais em San Lorenzo (Província de Santa Fé); na UIA continua a disputa não

¹⁵ *El Cronista*, 27-12-2010.

¹⁶ “Os lucros dos bancos mostraram um crescimento de 44% nos onze primeiros meses de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, chegando a 10.521 trilhões de pesos. Ainda que a maioria dos setores produtivos tenham mostrado melhoras em seus balanços, estes têm como base de comparação a crise de 2009. Entretanto, esse não é o caso dos lucros dos bancos, que além de crescer acima dos demais setores, o fazem ainda havendo avançado em 66,5% no ano de crise. Os dados sobre o sistema financeiro provém do informe mensal que confecciona o Banco Central”. Javier Lewkowicz, “Cada vez ganan más dinero”, *Página 12*, 19-01-2011.

¹⁷ Em meio a altos níveis de rentabilidade para o conjunto da produção agropecuária, a paralisação de uma semana na comercialização de grãos implementada a partir de 17 de janeiro se motivou em uma disputa pela redução de porcentagem de imposto sobre a exportação de trigo, que a Mesa de Enlace defende que seja completamente isenta de encargos, argumentando que na situação atual os que se beneficiam são os exportadores que pagam abaixo do preço pactuado e se apoderam de uma importante diferença. Ainda que isto seja certo, a política da Mesa de Enlace é uma defesa liberal extrema no terreno do comércio exterior que vem como uma tentativa de avançar para insistir na redução dos níveis de retenções e comprometer as forças da oposição burguesa nesta política frente às eleições. Logo, o governo garantiu a compra dos grãos pelo preço estabelecido a uma das cooperativas vinculadas à FAA.

¹⁸ Inclusive Felipe Solá assinalou em uma entrevista no diário *La Nación* que “temos que manter o melhor do kirchnerismo” e que manteria as retenções à soja entre 30 e 35%.

resolvida pela sucessão de Héctor Méndez, que renunciou antes de ser definido seu sucessor. Aqui há setores de peso, como o grupo Madanes Quintanilla (os proprietários da FATE e ALUAR), que reivindicam em acordo com o governo a realização de uma eleição aberta para definir o novo presidente da entidade patronal¹⁹. Isto busca evitar que fique à frente da UIA alguém que responda diretamente ao grupo Techint. Clarín, por sua parte, atua como “estrategista” da oposição patronal, especulando para que CFK não ganhe em primeiro turno e para derrotá-la no segundo graças a uma unificação de todos os votos opositores²⁰.

Outros setores opinam que, dado que a reeleição presidencial tem alta probabilidade, a estratégia deve ser apostar em uma direitização do governo desde dentro, apontando em especial a figura de Scioli. Consideram difícil que o oficialismo possa ser derrotado por algum dos principais espaços que hoje se perfilam na oposição (a aliança que parece ir se conformando entre Macri e o peronismo federal e a coalizão encabeçada pelo radicalismo) e preferem uma política de “não enfrentamento” que os permita seguir ganhando favores econômicos do Estado, sabendo além disso que os governadores que são parte do oficialismo expressam os interesses das oligarquias capitalistas nativas e estrangeiras que atuam nas distintas províncias (das quais a relação entre Gioja e a Barrick Gold em San Juan é emblemática).

A AGENDA ESTRATÉGICA DA BURGUESIA (I): CONTRA A AÇÃO DIRETA

Na tentativa de se localizar como um dos candidatos da direita, Eduardo Duhalde tem defendido de forma mais ou menos aberta dois aspectos que a burguesia opina que é necessário modificar no próximo período: o peso dos sindicatos e o limite à ação direta.

¹⁹ “Madanes Quintanilla disse ontem ao Clarín que ‘já é hora de terminar com os pactos de alternância, temos que fazer eleições e trabalhar em uma agenda de longo prazo. Os empresários somos mal vistos pela sociedade’. A novidade não pegou de surpresa os dirigentes da UIA, que suspeitam de uma manobra do Governo nesta movimentação. Madanes Quintanilla saiu ao ataque: ‘Meu grupo fatura uns US\$ 1,7 bilhões por ano, não temos contratos com o Estado e temos honrado todas nossas dívidas’” (*Clarín*, 02-02-2011). Um dia depois o grupo Clarín denuncia por meio de Marcelo Bonelli que Madanes Quintanilla estaria trabalhando com os empresários Sebastián Bago, Miguel Acevedo e Sebastián Eskenazi para criar uma “AEA oficialista” (“Maniobra oficialista para quebrar o frente empresario”, *Clarín* 04-02-2011).

²⁰ Segundo aponta o jornalista oficialista Haracio Verbitsky, ficou sem sustento a “complexa engenharia eleitoral que desde meados do ano passado propõe a primeira linha da Associação Empresária (AEA), que deveria ter conduzido à conformação das fórmulas Scioli-Urtubey e Ernesto Sanz-Gabriela Michetti (...) As reuniões tendentes a este resultado começaram a se realizar em meados do ano 2010, a instâncias do diretivo organizadas pelo diretor da transnacional italiana Techint, Luis Betnaza, na sede da União Operária da Construção. Betnaza é um dos vicepresidentes da União Industrial. Na meia dezena de encontros realizados até agora também participaram Michetti, Sanz, Urtubey, Alfonso de Prat Gay e o secretário geral da UOCRA, Gerar Martínez. Dentro das previsões do grupo figura a ascensão de Martínez à secretaria geral da CGT, no lugar de Hugo Moyano, e a de Betnaza à presidência da UIA, por Héctor Méndez. Nessas reuniões se discute a conjuntura econômica, e se postula um pacto político e econômico do tipo do celebrado em La Moncloa ao concluir a ditadura espanhola, que implicou na troca de democracia política por economia neoliberal (...) O plano econômico do acordo argentino se basearia nas exportações agropecuárias, agroindustriais e de commodities industriais como os tubos sem costura, com um desenvolvimento de Pymes ao estilo das que defende Techint para atenuar a perda de postos de trabalho” (“Final de juego”, *Página 12* 23-1-2011).

Se eu chegar à presidência, vou mudar cinco ou seis leis porque não podemos seguir pensando que os dirigentes sindicais da educação são donos da educação e os dirigentes sindicais da saúde são os donos da saúde (...) os dirigentes sindicais da empresa Aerolíneas que tem 10 mil empregados e dez sindicatos que decidem quando sai um avião e quando não sai (...) Temos que mudar as normas nos setores que foram ganhando direitos que prejudicam os argentinos.

Nas mesmas declarações, insistiu que o regime *“deve se fazer responsável pela segurança, pela prevenção e pela repressão”*²¹.

“Ordem nas ruas” e “diminuir o poder dos sindicatos” são as bandeiras estratégicas da burguesia para o próximo período. Em relação à “ordem nas ruas”, parte de constatar que as tendências à ação direta continuaram durante todo o período kirchnerista, como um produto da relação de forças herdada de 2001 que a classe dominante não conseguiu reverter, ainda que venha desenvolvendo uma forte campanha ideológica a respeito, fundamentalmente através dos grandes meios de comunicação mediante seu alarde de caos no trânsito frente a cada mobilização progressista, com o recurso de entrevistar motoristas questionando um bloqueio de ruas, ou entrevistar passageiros irritados por uma paralisação de metrô. Apesar desta propaganda constante, a burguesia vê com temor como este recurso tem sido tomado por parte dos setores mais explorados e oprimidos: o fantasma de centenas de milhares ocupando terrenos em busca de habitação foi um espectro que se utilizou durante a ocupação do Parque Indoamericano para assustar as classes médias, mas à classe dominante e seus políticos lhes dava realmente calafrios só de pensá-lo.

Mas não é só a direita mais reacionária que coloca como eixo a necessidade da “ordem pública”, mas o próprio governo nacional, que o incluiu como um dos pontos centrais de sua agenda política nos últimos meses, buscando fortalecer a capacidade repressiva de um Estado burguês que tem como debilidade estratégica o desprestígio das Forças Armadas para atuar na repressão interna²². Assim, o próprio plano que irá tentar aplicar Garré para reformar a Polícia Federal não é um “giro à esquerda” na “política de segurança”, como apresentam os intelectuais kirchneristas, mas uma tentativa de dar nova legitimidade repressiva a uma instituição chave na estrutura da “segurança pública”, que regula em base a acordos políticos com os governos de turno grande parte do crime organizado. Diferentemente da Polícia Bonaerense, que passou por uma política de reforma, a Polícia Federal praticamente não foi trocada da ditadura até hoje, mantendo nos fatos uma espécie de “auto-governo”, mas com certa lealdade política da chefia em relação ao governo de turno, contanto que lhe preservem seus negócios, como ocorreu com a chefia encabeçada por Néstor Vallecas sob o kirchnerismo. Daí que é possível que a nova Ministra tenha que fazer frente a numerosos “tropeços”, enquanto trata de se mostrar como é “mais eficiente” na hora de conter os protestos sociais e não vacila em

²¹ Declarações realizadas a Rádio Brisas de Mar Del Plata em 18-01-2011, reproduzidas logo por numerosos meios de imprensa.

²² Ver Matías Maiello e Manolo Romano, “El fin de ciclo kirchnerista y las tareas de los revolucionarios”, em *Estrategia Internacional* Nº 26; especialmente o ponto “Intentos de relegitimación y decadencia del Estado burgués”.

recorrer aos amalgamas mais absurdas para perseguir os lutadores. Esta política é acompanhada pelo aval oficial à medida de baixar a idade de maioridade penal da juventude, algo que compartilham tanto o governo nacional como o de Scioli, ainda que este em uma versão ainda mais direitista da questão que não o diferencia do defendido por Macri, De Narváez ou Duhalde. O resultado desta verdadeira agitação contra a juventude empobrecida não tardou em se traduzir em novos assassinatos cometidos pela Polícia Bonaerense, primeiro contra dois jovens na localidade de José Leon Suarez que foram fuzilados por agentes policiais, e logo em Baradero, onde outro jovem foi assassinado pelas costas também por balas policiais.

O giro para a “segurança” e a “ordem pública” na política oficial se completa com a multiplicação dos discursos presidenciais chamando a não bloquear estradas e ruas e a não realizar greves, atualmente quase um lugar-comum das intervenções públicas de CFK.

A AGENDA ESTRATÉGICA DA BURGUESIA (II): DEBILITAR AS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS

Em artigos anteriores assinalamos que no período pós-desvalorização a classe operária se recompôs socialmente, com a incorporação ao mercado de trabalho de três a quatro milhões de novos assalariados, ainda que com uma proporção importante deles sem carteira assinada. O maior papel político adquirido pelos sindicatos na vida política, e em particular o poder de Moyano à frente da CGT e seu lugar relevante dentro da coalizão kirchnerista, foram uma expressão deformada do fortalecimento social conseguido pela classe operária. Nos momentos em que o impacto das jornadas de dezembro de 2001 continuavam presentes e a brutal queda do preço da força de trabalho provocada pela desvalorização (que foi entusiasticamente apoiada por Moyano) permitia altas taxas de lucro, a burguesia não colocou maiores obstáculos neste protagonismo exercido pelo burocrata sindical.

Esta, depois de haver deixado correr as lutas do final de 2004 e 2005, garantiu a existência de um “pacto social”, estabelecendo uma espécie de teto salarial na negociação, da qual ficava excluído um setor da classe operária, além do que era uma fortaleza confiável contra o desenvolvimento de novas direções combativas. Com a crise aberta pela disputa entre o governo e as patronais agrárias, a situação começou a mudar. Pouco a pouco os setores centrais da burguesia colocaram a necessidade de deixar para trás o que eles consideram “concessões” realizadas como produto de 2001, e questionaram mais abertamente o poder dos sindicatos e da classe operária de conjunto. Esta questão é central para entender porque o kirchnerismo, que inclui entre suas especificidades um papel relevante da burocracia sindical ligada a Moyano, em que pese a garantia de muitos bons negócios ao conjunto da burguesia e em setores da “burguesia K”, não é visualizado como “seu” governo pela fração central que se agrupa em torno da AEA e pelo Grupo dos 6, incluindo a cúpula da burguesia industrial. Daí a permanente campanha antisindical empunhada pela burguesia, que utiliza o desprestígio da burocracia para criar um “sentido comum” contra os

sindicatos em geral, propaganda que atinge sobretudo setores das classes médias. A isto apontam as palavras de Duhalde que citamos antes. Enquanto isso, o governo de Cristina quer se mostrar como aquele capaz de disciplinar e conter Moyano, tratando de convencer a burguesia que esta opção é a melhor para conter a classe operária.

A fração moyanista da burocracia sindical tem sido um aliado fundamental do governo durante todo o período kirchnerista. Nestes anos Moyano acumulou poder político e econômico, chegando inclusive à presidência do PJ bonaerense (ainda que sem a simpatia dos prefeitos, que são reticentes à sua liderança). Apesar disto, a CGT praticamente não existiu como tal nestes anos, sem realizar paralisações gerais e deixando as negociações livres à ação de cada sindicato (ou agremiação sindical) durante as data-bases, permitindo que se mantenha em pé muitas das “conquistas” obtidas pela burguesia durante os anos 1990. Os burocratas sindicais jamais fizeram algo para enfrentar o trabalho sem carteira assinada, nem as terceirizações, sem dizer o apoio a demandas como a de moradia digna que reivindicaram os ocupantes do Parque Indoamericano, ou o repúdio ao assassinato da *Comunidade Qom (A Primavera)* em Formosa. Pior ainda, sua cumplicidade com a fragmentação existente no interior da classe operária chega ao extremo do ocorrido nos ferroviários, em que a própria União Ferroviária era a que controlava várias das empresas terceirizadas, e por isso se opunha com todas as suas forças à reivindicação da contratação dos terceirizados como parte do quadro da empresa estatal que controla a linha de trem, sem necessidade de concurso público, ao ponto de mandar os bate-paus da burocracia à ação que terminou com o monstruoso crime contra Mariano Ferreyra. Assim como fizeram antes com os desempregados, a quem deixaram à sua própria sorte; hoje são os burocratas que garantem nas fábricas a divisão entre efetivos e contratados, assim como se negam a combater as terceirizações, chegando a lucrar diretamente com elas, como no caso da União Ferroviária. Em muitos sindicatos, especialmente quando há oposição, a burocracia se opõe diretamente a que existam novos filiados, pois parte de suas receitas resultam dos descontos obrigatórios que se fazem a todos os trabalhadores, a favor do sindicato, estejam ou não filiados, segundo consta hoje em numerosos convênios.

Tudo isso é fundamental para entender como sob o kirchnerismo, ainda que a situação dos trabalhadores tenha melhorado em termos absolutos em relação à crise de 2002 (depois da brutal queda sofrida pela desvalorização), diminuiu a participação dos trabalhadores na renda nacional e aumentaram as fortes desigualdades salariais e de condições de trabalho existentes no interior da classe operária, com 50% dos assalariados ganhando menos de 2000 pesos (aproximadamente R\$ 772 reais).

Esta burocracia não vacilou em sacrificar a saúde de seus filiados fazendo todo tipo de negociações com os medicamentos dos convênios sociais que controla (incluindo sua adulteração). Nisto estão envolvidas todas as alas da burocracia, como expressou o apoio dado por Moyano a Gerónimo “Momo” Venegas, o dirigente do sindicato de trabalhadores rurais alinhado com Duhalde, frente à sua breve detenção por esse motivo.

Por isso, de maneira nenhuma podemos confundir que a luta pela organização sindical ampla da classe operária seja a defesa da burocracia e seus privilégios, como

faz a centro-esquerda kirchnerista, hoje legitimadora da burocracia e em particular de Moyano. Ainda que nos momentos de crescimento econômico os burocratas se ufanem de conseguir alguns aumentos salariais para seus filiados, seu caráter socialmente contra-revolucionário se vê não só no papel dos bate-paus no crime contra Mariano Ferreyra, ou nas negociações com os medicamentos das obras sociais, mas também em sua cumplicidade com as demissões produzidas nos anos 2008-2009, quando a crise capitalista golpeou a economia nacional e ocorreram centenas de milhares de demissões. No SMATA (Sindicato de Mecânicos e afins do Transporte Automotor) chegaram a expulsar o delegado Hernán Puddu por este se negar a assinar a demissão dos contratados da fábrica IVECO em Córdoba, assim como fizeram com ativistas da UOM (União Operária Metalúrgica) em seccionais como Campana e Córdoba. Nunca podemos perder de vista que esta burocracia, que controla o movimento operário baseado em métodos totalitários, com negociações e corrupções de diversos tipos, é herança da que nos anos 1970 foi uma das chaves na organização dos bandos assassinos da Triple A (Aliança Anticomunista Argentina) – que tiveram na vanguarda operária alvo predileto – para não dizer que nos 1990 os chamados “gordos” tornaram-se diretamente empresários e foram cúmplices diretos da ofensiva capitalista desses anos. No caso particular de Moyano, sua oposição a Menem e depois da reforma trabalhista também da Aliança de De La Rua foi posta a serviço de apoiar a desvalorização reivindicada por amplos setores da burguesia ao final de 2001 (entre eles o grupo Techint e Clarín) e de construir um forte emaranhado de poder ligado a suas relações com o estado capitalista, partindo do importante “poder de fogo” com que conta. A partir da CGT foi cúmplice de cada um dos ataques contra a vanguarda operária neste período.

A jornalista Susana Viau (hoje trabalhando para o grupo Clarín) assinalou que o poder de Hugo Moyano se parece ao de Joaquín Hernández Galicia, a “Quina”, o “charro” que durante décadas manteve o controle do sindicato petrolero no México com uma forte imbricação com o poder estatal, até que a burguesia julgou que tinha acumulado demasiado poder próprio e era relativamente contraditório com as políticas de privatização neoliberal do setor, lançando uma ofensiva que o levou ao cárcere²³. Ainda que tenha aspectos de contato entre a forma de construção do poder de um e de outro dirigente, o certo é que há diferenças de qualidade entre a situação dos dois. Por um lado, Moyano tem hoje maior poder relativo dentro do bloco governante. Mas, no fundamental, a diferença é que nada tem a ver a situação defensiva que vivia a classe operária mexicana quando o petrolero foi desbancado com a que existe hoje na classe operária argentina, que vem recompondo suas forças. Para a classe dominante, o estratégico não é o deslocamento de um setor da burocracia com certo jogo próprio, senão disciplinar o conjunto da classe operária e, em particular, a sua vanguarda combativa. Não criticam Moyano por seus privilégios materiais nem por suas negociações, senão porque na defesa de seus próprios interesses corporativos e burocráticos o caminhoneiro se vê obrigado a mostrar, ainda que deformadamente, o poder da organização sindical, como quando recorre a piquetes e bloqueios de saídas de caminhões. Daí as oscilações da burguesia em sua política em relação à burocracia, já que seu temor é que terminem fortalecidos

²³ Susana Viau, “El poder que Moyano puede llegar a perder”, *Clarín*, 23-01-2011

os setores combativos, e nisto coincidem tanto as patronais como o governo e seus opositores políticos parlamentares. Como reflete um artigo de um dos diários de negócios mais importantes, uma das grandes preocupações empresariais (a segunda em uma ordem de sete) são “as novas referências sindicais”:

Ainda que poucos o admitam oficialmente, desde as entidades sindicais empresariais se-guem de perto o que denominam a nova engrenagem sindical. Se referem à linha armada pelos representantes informais de Kraft, Pepsico e outras alimentícias, além dos que questionam a representação em outros sindicatos do transporte. ‘Não têm os códigos do velho sindicalismo e tudo indica que terão maior protagonismo durante o próximo ano (...)’²⁴

Essa preocupação é expressa em uma coluna no diário *La Nación*:

O problema, para muitos, é o esgotamento de um modelo sindical antigo, sempre sustentado pelo poder político. Um modelo que proíba direções confiáveis, corre ainda o risco de que este poder termine como um mero refém (...). É certo que a Corte Suprema lhe deu um golpe em 2008 com a sentença que permite que qualquer trabalhador possa ser delegado, ainda que não esteja filiado ao sindicato: assim lhes colocou limites ao monopólio sindical, mas também abriu as comportas a dirigentes menos dóceis e que favorecem algo que o historiador e jornalista Santiago Senén Gonzáles chama ‘a luta permanente pela representação, onde todos os temas terminam indo às bases para ser discutidos’. Esse é o fenômeno que está estourando entre os delegados dos metrô ou dos ferroviários, onde a direção tradicional perde força. Quando se somam poucos canais de diálogo ou uma intervenção interessada do Ministério do Trabalho, os processos costumam terminar em violência, como aconteceu no duro conflito de Kraft ou no dos trabalhadores terceirizados do Roca, que finalizou com a morte do militantes do *Partido Obrero* Mariano Ferreyra e que desnudou os laços políticos e econômicos da União Ferroviária e do Governo²⁵.

Daí que se tenham repetido as reuniões entre os CEO das grandes empresas e seus advogados especialistas, tratando de encontrar uma resposta para o que consideram um dilema ao que por agora respondem pragmaticamente. Não podemos esquecer que a última ditadura teve como característica a repressão centrada nos delegados de base, enquanto se preservou o grosso da burocracia sindical, com muitos setores que foram colaboradores diretos dos genocidas e das patronais que organizaram o golpe.

Em relação à burocracia da CGT, a CTA demonstrou não ser alternativa alguma. Terminou dividida entre um setor próximo do governo (o encabeçado por Hugo Yasky) e outro a Pino Solanas (o de Pablo Micheli), depois das eleições, as quais ambos setores fraudaram.

Por isso, recuperar as comissões internas, corpos de delegados e sindicatos, organizando os que hoje não estão, como ocorre em geral com os terceirizados, rompendo as barreiras que dividem a classe operária, é chave para impedir que a crise da burocracia seja utilizada pela burguesia para passar à ofensiva e reduzir os níveis de organização operária quando a relação de forças o permita.

²⁴ José Del Río. Diretor de Abertura e IT, “Los siete factores clave que los empresarios siguen de cerca”, *El Cronista*, 7-12-2010.

²⁵ Ricardo Cárpena, “El regreso de la patria sindical”, *La Nación*, 29-01-2011.

O “SINDICALISMO DE BASE” E A HEGEMONIA POLÍTICA DA CLASSE OPERÁRIA

No ano de 2010, a CGT e a CTA pouco ou nada tiveram a ver com as principais lutas dos trabalhadores e das massas exploradas, como a grande luta dos terceirizados do Roca, que encontrou os burocratas literalmente do outro lado da barricada. Na principal batalha que se deu durante as paritárias, a dos trabalhadores de Alimentação, a burocracia do sindicato conduzido por Daer foi ultrapassada pela paralisação das fábricas de Córdoba e as ações das comissões internas combativas de Kraft e Pepsico, que foram as que instalaram a reivindicação pelos 35%, à que finalmente tiveram que somar-se os burocratas. A luta mais importante dirigida por um setor burocrático, a dos metalúrgicos de Paraná Metal em Villa Constitución, encabeçada por uma das direções da CTA que se reivindicava “combativa”, terminou em uma traição da direção, que conduziu a centenas de demissões. Com o desprestígio da burocracia cegetista (da CGT, questionada pela esquerda e pela direita) e com a divisão da CTA, o “*sindicalismo de base*”²⁶ tem importantes perspectivas de desenvolvimento no próximo período.

A luta para varrer a burocracia dos sindicatos e organizações operárias exige hoje levantar distintas táticas e formas organizativas, que vão desde por de pé novos sindicatos quando a situação permita (como no caso do metrô) e outros organismos (como a organização que se deu entre os terceirizados em Roca com delegados votados por empresa e assembléias comuns), até lutar para expulsar a burocracia das organizações existentes, combinando a luta contra as direções traidoras com a política de frente única operária contra os ataques patronais.

Levando em conta que o “sindicalismo de base” é no momento um fenômeno ainda minoritário da classe operária, sua persistência e desenvolvimento tem a ver não só com o desprestígio geral da burocracia e fenômenos de luta pontuais, mas com um processo de mudanças político-ideológicas progressistas em camadas amplas dos trabalhadores (e que em parte se expressou no apoio da juventude operária ao matrimônio igualitário). Este processo se dá especialmente entre os jovens que estão nas fábricas e empresas, que são parte da “geração de 2001”, e são quem mais tendem a organizar-se em agrupações classistas.

Todavia, seria um erro pensar que seu desenvolvimento possa se dar de forma evolutiva e sem importantes lutas políticas. A burocracia naturalizou nas fábricas que não se deve defender os temporários e terceirizados, política à qual se tem adaptado grande parte da esquerda nos poucos casos em que tem responsabilidade

²⁶ O “sindicalismo de base” se desenvolveu nesses anos à esquerda das direções de ambas as centrais, expressando inicialmente uma frente única de fato (e em algumas ocasiões, de direito) entre setores sindicalistas mais reformistas (como o que expressava Pianelli no metrô ou o PCR em certos momentos) e a esquerda trotskista, com nosso partido como ala classista conseqüente. Tanto o PCR-CCC como Pianelli – e o setor que se alinha com ele no novo sindicato do metrô – vêm girando no momento até a direita. A CCC (e o MST) são parte do bloco de Micheli na CTA, enquanto Pianelli é parte da ala de Yasky, pela qual foi candidato a Secretario Geral da CTA Capital. No metrô, sua política de arrastar os trabalhadores a reboque de Yasky sofreu uma importante derrota política, graças à ação desenvolvida pelo setor classista que encabeça nosso companheiro Claudio Dellacarbonara em defesa da independência política dos trabalhadores em relação às distintas alas da burocracia e do governo.

sindical²⁷. Esta política – que ocorre há anos – de fomentar uma consciência estritamente corporativa na classe operária, favoreceu neste último ano o desenvolvimento de pressões conservadoras em setores “com carteira assinada” da classe operária, especialmente logo após os aumentos conquistados nas paritárias. Uma manifestação em certa forma do que Mandel chamava da “dialética das conquistas parciais”²⁸. Mas, ao contrário do que faz a burocracia, que reforça os preconceitos e a divisão dos trabalhadores, para os setores combativos agrupados no “sindicalismo de base”, trata-se de fazer uma luta contra a adaptação à divisão existente na classe operária no próprio interior das fábricas (tomando em suas mãos a defesa dos terceirizados e contratados) e levantar uma política hegemônica para o conjunto dos explorados.

No ano de 2010, por exemplo, para nosso partido se tratou não somente de alentar a luta pela recomposição salarial que protagonizaram os setores sindicalizados, com o setor da alimentação como elemento distintivo, mas de levantar com força a luta contra as terceirizações e a defesa da luta pela moradia. Em relação ao primeiro ponto, junto com a intervenção nos distintos processos particulares, no segundo “Encontro de Trabalhadores da Zona Norte” que se realizou no mês de Julho, convocado pela Comissão Interna de Kraft²⁹ e outros setores, colocamos no centro da discussão a luta contra a terceirização (o encontro contou com uma importante delegação de ferroviários do Roca que tinham acabado de fazer um corte de vias de forte repercussão, e de outros setores terceirizados), frente àqueles que queriam centrar o debate na participação nas eleições da CTA. No que diz respeito ao segundo aspecto, frente à ocupação do Parque Indoamericano, mais de mil trabalhadores e jovens, encabeçados pelos dirigentes do Sindicato Ceramista de Neuquén, da Comissão Interna de Kraft, Claudio Dellacarbonara do metrô e outros companheiros, fizeram-se presentes no parque situado em Villa Soldati para expressar a solidariedade com os ocupantes, que na noite anterior haviam sofrido um verdadeiro pogrom e estavam sendo estigmatizados pelos meios de comunicação. A delegação chegou

²⁷ Um exemplo disso é a ausência de qualquer luta contra a terceirização por parte do corpo de delegados da linha ferroviária Sarmiento encabeçado há anos por “Pollo” Sobrero e Izquierda Socialista.

²⁸ Para o marxista belga a burocratização das organizações operárias “se alimenta de outra fonte de conservadorismo social dentro das organizações de massas: a dialética das conquistas parciais. A famosa frase do Manifesto do Partido Comunista que diz que o proletariado não tem nada a perder se não suas correntes, só é verdade em um sentido direto e imediato para os operários mais empobrecidos e desorganizados de meados do século XIX. Ainda que esta frase continue válida historicamente, o proletariado organizado de hoje tem sim algo a perder conjuntamente: as conquistas sociais, econômicas e políticas que em sua longa luta arrancou da classe capitalista (...) a dialética das conquistas parciais reflete problemas reais e não uma contradição lógica que se pode resolver facilmente através do argumento correto (...) estamos aqui frente às raízes fundamentais do conservadorismo burocrático (...). A razão pela qual usamos esse termo ‘conservadorismo’ – e o consideramos danoso aos interesses do proletariado e, portanto, do socialismo – é por que esta mentalidade se recusa a lutar por ou a apoiar lutas mais avançadas, com premissa de que qualquer salto revolucionário para adiante, seja à escala nacional ou internacional, obstruirá ou colocará em perigo as conquistas da classe operária” (Ernest Mandel, *El poder y el dinero*, Siglo XXI Editores, 1994, págs. 97 e 98). A burocracia expressa essa mesma lógica quando se exime da defesa dos temporários e/ou terceirizados, “educando” o movimento operário no pior dos corporativismos. Para os revolucionários que militam nos sindicatos – para não dizer daqueles que ocupam postos de responsabilidade – enfrentar essa tendência é uma tarefa de primeira ordem. Nossa corrente se tem caracterizado por impulsionar ativamente a luta de temporários e terceirizados no interior de empresas e grêmios.

²⁹ Sobre a grande luta que se desenvolveu em 2009 e a conquista da Comissão Interna de Kraft por parte da lista impulsionada pela *Agrupación Desde Abajo* (integrada pelo PTS e independentes) ver o artigo de Diego Lotito e Jonatan Ros “A luta de Kraft Foods”, na *Estratégia Internacional* Nº 26.

vinda da Plaza Constitución (onde se fez uma homenagem a Mariano Ferreyra) quando o parque acabava de ser rodeado pela polícia³⁰. Uma delegação do Encontro conseguiu quebrar o cerco das forças repressivas e levar o apoio às famílias “sem teto”. Lamentavelmente, o restante da esquerda se negou a realizar esta ação conjuntamente. Este cerco se realizou com o “pretexto” de interpor-se entre os ocupantes do Parque e as gangues que os haviam atacado com métodos fascistas, mas com o objetivo real de pressionar para a desocupação uma vez que a situação o permitisse.

Para além de que a ação pontual realizada não pudesse ter outro efeito mais que propagandístico em relação à ocupação do Parque, mostra a direção estratégica em que tem que desenvolver-se o “sindicalismo de base”, no sentido de apresentar uma política hegemônica para o conjunto dos explorados e oprimidos. Inclusive, quando se anunciou o acordo entre o governo nacional e Macri, e se concretizou a desocupação do parque, sustentamos que a mobilização unitária de solidariedade que estava convocada para o centro da cidade de Buenos Aires se transferisse a Soldati, questão que não foi aceita pelas organizações convocantes – da CTA de Micheli à CCC, do PO à Frente Popular Darío Santillán. Assim, enquanto os referentes da esquerda na ocupação marchavam pelo centro portenho, os expoentes do governo – e membros das embaixadas da Bolívia e do Paraguai – faziam seu trabalho de “convencimento” sobre as famílias.

Isto é relevante porque, em perspectiva, trata-se de superar as experiências mais avançadas que forneceu historicamente a vanguarda operária, como foi a experiência do classismo nos anos 1970. No caso de SITRAC-SITRAM não só foi uma debilidade a não utilização da política de frente única operária em detrimento da direção da CGT cordobense que encabeçavam Tosco e Atilio López, mas, além disso, a intenção de construir uma corrente nacional classista e levantar um programa político para o conjunto dos explorados só se apresentou pouco antes de sua derrota, sem chegar nunca a materializar-se. No caso de Villa Constitución, foi claramente um grave erro político não ter conformado uma Coordenadora Nacional logo após o primeiro *villazo*, o que facilitou distintas derrotas parciais dos setores combativos nas mãos da ação conjunta da burocracia, do governo e das patronais (como nas intervenções em SMATA Córdoba e no sindicato de Luz y Fuerza dessa mesma província), que culminaram com a derrota da UOM de Villa Constitución em maio de 1975 logo após dois meses de heróica luta, após a “ocupação” da cidade por bandas repressivas estatais e para-estatais, e a prisão de dezenas de dirigentes e ativistas antiburocráticos. Este ataque se deu simultaneamente à prisão dos dirigentes combativos do Ingenio Ledesma em Jujuy. Finalmente, a experiência das coordenadoras inter-fabris, que se desenvolveram pouco depois destas derrotas em enfrentamento ao “Plano Rodrigo” nos meses de junho e julho de 1975, tiveram entre seus limites levantar um programa predominantemente sindical (e de colabo-

³⁰ O dirigente da CCC, Juan Carlos Alderete, afirmou que, para pressionar o governo, havia ameaçado na sexta-feira pela noite mobilizar toda a CCC em defesa dos ocupantes do Parque, mas que se auto-criticava de haver feito esse apontamento “irresponsável”. Alderete foi um dos dirigente (também esteve Marcelo Ramal do PO) que nessa mesma madrugada esteve na Casa Rosada para uma suposta mesa de negociação conjunta entre as “organizações sociais” e os governos nacional e estadual. O certo é que essa mesa serviu ao governo nacional como medida de distração para legitimar o emprego da força policial e acordar uma saída reacionária junto ao governo bonaerense de Macri.

ração de classes, no que concerne à tendência majoritária em seu seio, a Juventude Trabalhadora Peronista)³¹.

Esta questão debilitou a continuidade e expansão destes organismos logo que a luta arrancou do governo de Isabel a homologação dos convênios coletivos (que significavam importantes aumentos salariais para a grande maioria dos trabalhadores) e a saída do governo dos repudiados José Lopez Rega e Celeste Rodrigo.

Nos fatos do Parque Indoamericano, um desenvolvimento anterior maior do “sindicalismo de base”, com a capacidade de organizar paralisações e ações massivas de solidariedade e de contribuir com a autodefesa contra os fascistas, teria talvez permitido outro resultado nos acontecimentos.

OS DESAFIOS DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Em 2010, as margens “reformistas” permitidas pela recuperação econômica e a recomposição conjuntural do kirchnerismo limitaram o desenvolvimento revolucionário da vanguarda operária e da juventude. Em 2011 veremos uma combinação de novas lutas com a disputa eleitoral, que em nosso caso implica em uma batalha pela independência política da classe operária contra o governo, a oposição patronal e a centro-esquerda.

Mais em geral, para o desenvolvimento de um partido revolucionário, talvez seja útil relacionar a etapa do “fim do ciclo” que estamos vivendo com o que se passava nos anos 1960 do século passado, no sentido de que, apesar do crescimento econômico, não se consegue estabelecer um novo regime político, e nenhuma força consegue ser hegemônica, enquanto se desenvolve a politização de importantes setores da vanguarda operária e estudantil. Uma etapa intermediária entre dois momentos de irrupção de massas, na qual se desenvolvem elementos que poderíamos denominar “preparatórios”: nos 1960, entre o ascenso operário da resistência (1956-1959) e o Cordobazo de 1969; atualmente, entre as jornadas revolucionárias de dezembro de 2001 e uma futura irrupção operária e popular.

Nos anos 1960, logo que fora contido o momento agudo das lutas da resistência, com a derrota da greve geral em apoio à luta do Frigorífico Lisandro de la Torre em 1959 (paralelamente se deu a histórica greve bancária, reprimida pelo plano Conintes de Frondizi), a continuidade da proscricção do peronismo (que era a identidade política majoritária da classe operária) deu lugar a uma série de governos civis e militares muitos instáveis, que se sucederam sem conseguir estabelecer uma clara hegemonia nem no terreno político (o radical do povo Humberto Illia, ganhou as eleições presidenciais de 1963 com somente 23% dos votos) nem entre as distintas frações burguesas. O movimento operário manteve um grande peso social e político que foi canalizado principalmente por Vandor à frente da UOM (nesse momento, o grêmio forte do país) e homem forte das 62 organizações. Sob Illia, a CGT vandorista impulsionou o famoso plano de luta de 1964 que levou em

³¹ Ver Ruth Werner e Facundo Aguirre, *Insurgencia obrera en la Argentina (1969-1976). Clasismo, coordinadoras interfabriles y estrategias de la izquierda*, Buenos Aires, Ediciones IPS, 2009.

suas distintas fases à ocupação de 11.000 fábricas, em algumas das quais o ativismo tendeu a superar o controle burocrático dessas ações. Vandor teve um jogo próprio frente a Perón, negociando por sua conta com os governos civis e militares.

No que diz respeito ao movimento estudantil, houve muita atividade nesse período (e na atualidade voltou a cena em 2010 com as lutas dos secundaristas na Capital e Córdoba e as ocupações na Ciências Sociais, Filosofia e Letras da UBA e Filosofia e Humanidades da UNC), primeiro impulsionando lutas e grandes mobilizações pelo orçamento universitário sob Illia e logo enfrentado em ações de vanguarda o ataque às universidades, com o desenvolvimento de setores radicalizados nos seus métodos de luta, que enfrentavam cotidianamente em ações de rua a repressão do regime. O próprio golpe de junho de 1966, encabeçado pelo general Juan Carlos Onganía, teve a intenção de fechar esta crise de hegemonia e desenhar um novo regime através de seu plano de três tempos: o econômico, o social e o político. Apesar do forte crescimento desses anos, que incluiu a onda de investimentos de grandes monopólios estrangeiros, que caracterizou a segunda fase de substituição de importações – o que por sua vez havia fortalecido socialmente as fileiras da classe operária –, o sonho durou pouco menos de três anos, até o Cordobazo de maio de 1969, que deu início à etapa revolucionária que só se conseguiria fechar com o golpe genocida de março de 1976.

Assinalar que existam elementos de coincidência com aquela etapa não significa, obviamente, que todas as circunstâncias sejam equivalentes: hoje não há um peronismo proscrito, nem existe um partido militar capaz de arbitrar a situação e ordenar a burguesia. Também é menor, hoje, o nível de radicalização existente na vanguarda (em que estava fresco o triunfo da revolução cubana e onde a proscrição do peronismo favoreceu a recorrência de elementos de guerra civil), ainda que seja muito maior o peso político da esquerda trotskista. Tampouco existe uma esquerda reformista com o peso que tinha no então Partido Comunista, que contava entre seus “companheiros de viagem” com dirigentes operários como Augustín Tosco, assim como a esquerda peronista proveniente da resistência. Ambos os setores contavam com um prestígio muito maior do que hoje contam, por exemplo, as alas da CTA, e confluíram na fundação da CGT dos Argentinos (março de 1968). Por sua vez, no sentido contrário, estamos hoje atravessados por uma crise capitalista internacional de dimensões históricas, que naquele momento só se abriu em 1973 nos países centrais, e que só começou a golpear claramente nosso país em 1975. Apesar destas e outras diferenças, o útil da analogia é ver como, no calor das disputas inter-burguesas, vai amadurecendo e politizando-se uma nova vanguarda, cuja gestação, olhando em perspectiva, data dos acontecimentos de 2001. E também para ver que neste período temos colocado avançar o máximo possível na construção de um partido revolucionário de vanguarda, questão que não existia quando se produziu o Cordobazo. Um partido que só poderemos construir se temos claro que devemos enfrentar permanentemente não só as direções burguesas, mas também as distintas correntes sindicais com expressões reformistas de diferentes tipos e o reformismo político pequeno-burguês.

Na esquerda, vimos o deslocamento do MST à centro-esquerda a partir de sua entrada para o *Proyecto Sur*. Mas o mais importante tem sido o ataque por parte do

governo contra o “trotskismo” frente a cada luta que o transbordava pela esquerda, como as ocupações de faculdades nas universidades ou na luta dos terceirizados ferroviários. Tanto funcionários nacionais como múltiplos artigos nos blogs kirchneristas abocanharam esta tarefa. Para além de que estes ataques buscassem caricaturar as posições do trotskismo (e que a política do PO auxilie os porta-vozes governamentais nesta tarefa), o certo é que indicam que é para o trotskismo que se dirigem os setores cujas lutas transbordam pela esquerda o *status quo* oficial. Estrategicamente, o governo sabe que é a partir do trotskismo que se apresenta a oposição consequente contra um de seus aliados mais fundamentais: a burocracia sindical.

Ainda que o PO tenha ganhado presença midiática desde o assassinato de Mariano Ferreyra, é uma organização com uma presença muito menor no movimento operário e está praticamente ausente dos processos de lutas e organização do “sindicalismo de base”. Seu peso entre os ferroviários do Roca é quase nulo, a partir de sustentar uma política aparatista de fazer ações desligadas sem que tenham passado pela decisão de assembléias. Em uma polémica conosco, chegaram a afirmar que “as assembléias são secundárias”, transformando em um método deixar de lado a opinião dos trabalhadores na hora de decidir as ações a seguir. Entre os terceirizados isto levou o PO a não estar presente nas mobilizações mais massivas protagonizadas pelos trabalhadores (que repudiaram sua retirada da assembléia unitária representada pela Comissão Negociadora integrada por delegados das distintas empresas) e, pelo contrário, realizar ações sem apoio da base, com o principal objetivo de conseguir repercussão midiática. Ainda que esteja centrada na intervenção em uma frente pontual, a discussão tem implicações mais gerais.

Para além dos discursos, o que todo ativista operário ou estudantil tem que ter claro é que não se pode desenvolver um verdadeiro partido revolucionário por fora da luta de classes e de conseguir peso orgânico na classe trabalhadora, algo que para o PO é um livro fechado a sete chaves, que se contenta com a presença midiática.

A tarefa de construir uma direção revolucionária requer também o esclarecimento político e estratégico no seio das forças que nos reivindicamos da esquerda operária e socialista.

Em um período em que temos que nos preparar para novas mudanças bruscas da situação política, enfrentando o governo e a oposição burguesa em todos os terrenos (inclusive o eleitoral³²), temos o desafio de dar novos passos na organização da vanguarda operária e da juventude revolucionária e de conseguir novos avanços na quantidade e qualidade de nossa organização, de forma tal que possamos responder positivamente à tarefa de colocar de pé uma direção verdadeiramente revolucionária da classe operária. Uma questão que se torna duplamente importante quando estamos presenciando a irrupção das massas na cena política de distintos países como vemos especialmente no Egito.

17 de fevereiro de 2011

³² Ver anexo complementar nas páginas seguintes sobre a frente eleitoral conformada pelo PTS, o PO, a Izquierda Socialista e outros pequenos grupos, constituída após o fechamento deste artigo.